

ATA Nº 019 - 2021/2025 – ATA DA SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA POVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI DE 26 DE JUNHO DE 2025. -----

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco reuniu na Delegação em Argivai a Assembleia da União das Freguesias da Povoia de Varzim, Beiriz e Argivai em sessão ordinária presidida por Sandra Maria Araújo de Amorim e secretariada por Cátia Daniela Azevedo Maia Laundos e Joaquim Oliveira Carvalho. Verificada a presença de dezanove membros através da assinatura da folha de presenças que consta como anexo n.º 1 e que cito:-----

- Sandra Maria Araújo de Amorim -----
- Joaquim Oliveira Carvalho -----
- Cátia Daniela Azevedo Maia Laundos -----
- Ana Paula Valadas Nunes Correia -----
- Miguel Ângelo Oliveira Marques -----
- Mário Jorge Ferreira Fernandes -----
- José Armando de Eça Guimarães de Oliveira Félix -----
- Teresa Alexandra Pinto -----
- Octávio Arlindo Rodrigues da Mata -----
- Maria Teresa Costa e Silva de Sousa Cruz -----
- Eduardo Alberto Felgueiras Gayo de Araújo Gomes -----
- Diana Isabel Almeida Carvalho -----
- José Carlos Costa Oliveira Sá -----
- Pedro Rui Fernandes Ortiga Carneiro -----
- Ana Jacinta Agra Sampaio -----
- Pedro Miguel Faria de Andrade -----
- Mário Pontes Lima -----
- José Antonino Monteiro da Silva Cadeira -----
- José Pedro da Silva Carvalho -----

Estiveram também presentes os seguintes elementos do executivo: José Ricardo dos Santos Baptista da Silva Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, Estevão Marcos dos Santos Lima Guerra Liberal, Tesoureiro, Amadeu de Sá Matias da Silva, Secretário e os vogais Maria Alice Pereira Ribeiro, Bruno Emanuel Oliveira Novo e Carla Isabel Marques Pinheiro. -----

Secretariou a sessão, para redação da ata, Maria Luísa Pontes, funcionária designada para lavrar a ata desta sessão da Assembleia de Freguesia. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Mesa da Assembleia, deu início à ordem de trabalhos apresentando os respeitosos cumprimentos aos membros da Assembleia, ao sr. Presidente da Junta, aos elementos do seu executivo e aos poveiros presentes. Verificadas as comparências e quórum mencionou a substituição de Cláudio Miguel Lima da Fonte, do PSD, por Maria Teresa Costa e Silva de Sousa Cruz, Maria de Fátima Torres Alves do PSD, substituída por Eduardo Alberto Felgueiras Gayo de Araújo Gomes, Miguel Ângelo Marques Nascimento do PS, substituído por Ana Jacinta Agra Sampaio e Teresa Marques Maio do PS, substituída por Pedro Rui Fernandes Ortiga Carneiro. As faltas de Maria de Fátima Alves, Miguel Nascimento e Teresa Maio foram previamente comunicadas à Mesa e serão devidamente justificadas. Passou a palavra ao secretário Joaquim Oliveira Carvalho que cumprimentou os presentes com o desejo de boas vindas a Argivai e passou a ler o Edital com a ordem de trabalhos. -----

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:
- PONTO UM – Informações da Presidente da Assembleia
- PONTO DOIS – Intervenções de carácter geral
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO TRÊS – Apreciação e votação da ata da sessão anterior

PONTO QUATRO – Apreciação da informação do Presidente da Junta acerca da atividade desta e da situação financeira da União das Freguesias, de acordo com o artº 9º, nº 2, alínea e) da Lei nº 75/2013.

PONTO CINCO – Apreciação e VOTAÇÃO do pedido de prorrogação do prazo do acordo de cedência de terreno património da junta à Associação de Solidariedade Social ARGEVADI.

PONTO SEIS – Apreciação e VOTAÇÃO dos mapas finais de transferência de bens móveis e imóveis, de universalidades, direitos e obrigações e de trabalhadores para as freguesias da Póvoa de varzim, de Beiriz e de Argivai, de acordo com o art.º 8º, nº 2, da Lei nº 25-A/2025, de 13 de março.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM – Informações da Presidente da Assembleia -----

A Presidente Sandra Maria Araújo de Amorim, e relativamente à correspondência enviada e recebida pela Mesa, informou terem sido enviados os documentos solicitados por parte da Bancada do PS, foram rececionados os convites habituais para iniciativas promovidas pelo Município, pela Junta de Freguesia e pela Confraria do SS Sacramento. -----

PONTO DOIS – Intervenções de carácter geral -----

A sra. Presidente da Assembleia lembrou que os assuntos neste ponto não deverão ultrapassar os 60 minutos tal como previsto no *Regimento da Assembleia*, dando lugar às respetivas inscrições dos membros. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, cumprimentou os Membros da Assembleia, o Exmo. sr. Presidente da Junta, membros do executivo e restantes poveiros e fez a intervenção que se transcreve “Nesta que será a penúltima sessão da Assembleia deste mandato (2021-2025) e desta União de Freguesias, impõe-se-me, enquanto Presidente da Mesa, tecer algumas considerações para registo e memória futura. -----

Em primeiro lugar, sobre o funcionamento deste órgão autárquico – a Assembleia de uma União de Freguesias que conta com 33 364 eleitores (mais de 50% dos eleitores do concelho, que são 60 932). Cumpre-me enaltecer o trabalho desenvolvido pelos seus membros e os contributos que trouxeram ao debate dos assuntos que compunham a ordem de trabalhos de cada sessão, promovendo o confronto de ideias e de ideologias, corroborando as opções apresentadas ou questionando e apontando outros caminhos, como se deseja numa vivência democrática. Em tempos de despedidas, desejo, naturalmente, as maiores felicidades e sucessos pessoais, profissionais e também políticos a todos os deputados, aos que irão continuar a abraçar esta missão e a causa pública e àqueles que irão deixar este órgão autárquico. -----

Em segundo lugar, é de toda a justiça reconhecer e enaltecer o trabalho desenvolvido por esta Junta de Freguesia que, liderada pelo presidente Ricardo Silva, se vem afirmando cada vez mais como uma verdadeira “*junta de proximidade*”. Quando tantas vezes se questiona a real necessidade das juntas de freguesia de cidade, temos neste exemplo concreto a resposta, pois os serviços prestados e as iniciativas desenvolvidas por esta Junta de Freguesia fazem efetivamente a diferença na vida dos habitantes. Não lhe podia assentar melhor o lema “Mais Junta de Nós”! -----
Importa ainda louvar a postura colaborativa da Junta de Freguesia para com a Assembleia sempre que esta, no cumprimento do seu papel fiscalizador, solicitou informações, esclarecimentos ou documentos, aos quais foram sempre dadas prontas e esclarecedoras respostas. -----

SA
D

Na qualidade de Presidente da Assembleia, expresso aqui publicamente o meu reconhecimento pessoal e o agradecimento pelo trabalho desenvolvido em prol dos cidadãos que habitam neste território. -----

Apresento um sentido agradecimento a todos pela colaboração ao longo deste mandato e pela confiança demonstrada: aos membros da Assembleia, ao sr. Presidente da Junta, aos membros do Executivo e aos funcionários da Junta. Conseguimos trabalhar num ambiente de respeito e de sã convivência democrática, conferindo prestígio e dignidade a esta Assembleia de Freguesia. -----

Para concluir, não posso deixar de afirmar que foi para mim um desafio, um caminho de aprendizagens, mas, acima de tudo, uma enorme honra presidir à Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai.” -----

Ricardo Silva, Presidente da Junta, iniciou o seu discurso agradecendo as palavras da sra. Presidente da Mesa da Assembleia e agradecendo o trabalho durante todo este período. Cumprimentando a Presidente da Assembleia, membros da Mesa, deputados, membros do executivo, presidente da Argevadi e direção, sr. Augusto Moreira, antigo presidente da Freguesia, poveiros e poveiras presentes, fez a intervenção que se transcreve “Assunto: esclarecimento a pedido de documentos dirigido ao Presidente do executivo por intermédio da senhora Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai – Em resposta a pedido de documentação e esclarecimentos solicitados pelo deputado da assembleia de freguesia do partido Socialista, sr. Miguel Nascimento, procede-se ao envio da documentação existente em arquivo desta junta, a cujo amplo esclarecimento e enquadramento me proponho, informação que é disponibilizada que não pode ser utilizada ou reproduzida de forma incompatível com a autorização concedida, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei 26/2016, de 22 de agosto. ----- A par da documentação adicional ora disponibilizada importa, antes de mais, assinalar que nos procedimentos indicados foi garantida uma gestão eficiente, transparente e legal dos recursos públicos. -----

Importa referir que quando foi feito o levantamento inicial das necessidades e elaboração do respetivo orçamento para a reabilitação da atual Casa da Cultura de Beiriz, não foi identificado o estado real de algumas estruturas (que estavam ocultas), que só puderam ser visionadas aquando da execução da obra, em plena demolição. Ora, tal circunstancia, identificada em plena execução dos trabalhos de construção civil já adjudicados, exigiu a realização de nova orçamentação para a execução de trabalhos complementares, inicialmente não previstos. Obviamente, encontrando-se uma empresa a realizar os trabalhos e, portanto, em plena execução de obra com toda a estrutura, estaleiro, equipamentos, ferramentas e equipa de trabalhadores, o critério da normalidade, do bom senso e da boa gestão de recursos levou a que fosse consultada a mesma empresa para orçamentação dos trabalhos complementares que se mostraram necessário e imprescindíveis a uma boa e completa execução do contrato de trabalho inicial. Porque o orçamento e valores se afiguravam enquadrados com os preços de mercado e com os critérios que já tinham sido seguidos no orçamento da obra inicial, foi adjudicada a realização das obras complementares à mesma empresa. Aliás, afigurar-se-ia altamente inconveniente a substituição do executante pois, seria ilógico, irrazoável e até surreal que, a título de exemplo, empresas distintas executassem, simultaneamente, metade de um teto, e outra empresa, a outra metade. Foi, com esta linha de raciocínio e de entendimento, que foi aprovada em reunião ordinária de 30/10/2023 a realização dos trabalhos complementares, que se revelava imprescindível e necessária. No estrito cumprimento da lei, porque o valor global não ultrapassava 50% do valor do contrato inicial, o executivo validou e aprovou o respetivo orçamento no cabal respeito da lei, designadamente do disposto no artigo 370º e seguintes do Código dos Contratos

Públicos. Aliás, para a realização desses trabalhos complementares, a junta não consultou nenhuma outra entidade, nem tinha de o fazer, em face das circunstâncias relatadas e do previsto na citada disposição legal (razões económicas e técnicas, designadamente em função da necessidade de assegurar a permutabilidade ou interoperabilidade com equipamentos, serviços ou instalações existentes, altamente inconveniente ou provoque um aumento considerável de custos para o dono da obra). Posteriormente, com a finalização dos trabalhos iniciais de reabilitação interior do imóvel, foram identificadas diversas desconformidades do edifício face à lei em vigor no que diz respeito às regras de acessibilidade e segurança, o que demandou a realização de novas obras de remodelação da casa de banho e a prestação de outros serviços e aquisição de bens. -----

Assinala-se ainda que, a reabilitação do edifício foi executada em diversas fases, não só por motivos das vicissitudes descritas, mas também porque a sua concretização esteve dependente da existência de verbas, para o qual contribuiu, numa fase final, o Município. -----

Impõe-se igualmente esclarecer que, nos procedimentos em referência, este executivo obedeceu também ao previsto na lei (cfr. Artigo 113º do CCP) no que diz respeito à escolha das empresas convidadas a apresentar proposta/orçamento, que obedeceu e respeitou os limites previstos no nº 2 do referido artigo 13º do CCP. Note-se que a entidade convidada que executou as referidas obras – Alcino Ferreira Soares – Construção Civil e Obras Públicas, Lda. Por pesquisa atual na plataforma BASE.GOV, é uma empresa com vastíssima experiência no âmbito da realização de contratos públicos, designadamente de obras de construção civil, contando-se, num espaço temporal de 17 anos, 188 adjudicações a diversos municípios, freguesias, empresas públicas, municipais e outras entidades públicas equiparadas sediadas em todo o país, o que será sinal da existência de estrutura bem organizada, capacidade de resposta, credibilidade e de cumprimento de prazos contratuais, na medida em que as entidades públicas são exigentes com prazos, qualidade e legalidade. A forma como correram os trabalhos de reabilitação leva a reforçar e a premiar a escolha feita pelo executivo a que presido, pois para além de ter apresentados os preços mais competitivos (valor mais baixo), executou os trabalhos de forma competente, responsável e atempada. -----

Assinalo ainda que, ocorreu um lapso na publicação inicial do primeiro contrato (como ajuste direto e não consulta prévia) que, logo que foi identificado, foi prontamente corrigido. Todavia, tais lapsos no tratamento da publicação dos procedimentos na plataforma, quando identificados, foram prontamente corrigidos. De notar que a União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai não dispõe nos seus quadros de nenhum técnico superior ou trabalhador especializado no tratamento de tais procedimentos, o que justifica a existência de lapsos informáticos ou na adoção de uma linguagem jurídica menos rigorosa, mas que, no fundo, nunca feriu os princípios basilares da contratação pública. -----

Em conclusão, verifica-se que as obras executadas (no âmbito de consultas prévias) mostram-se cumpridos e respeitados os preceitos legais porquanto o valor máximo de 150.000,00 € (cfr. 113º, nº 2 CCP) não foi ultrapassado. Para além disso, todos os procedimentos foram precedidos de deliberação no âmbito das reuniões do executivo, e que se encontram refletidos no portal BASE, cumprindo, entre outros, a satisfação dos princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa fé, da tutela da confiança, da concorrência, da publicidade e da transparência. -----

Como é bom de ver, esta junta garantiu a prossecução do interesse público, a lealdade e transparência em todos os procedimentos com o objetivo último do serviço e satisfação do interesse da população. De resto, se nos focarmos no período da

orçamentação e execução dos trabalhos – ano de 2023 – altura em que, impulsionada por disrupções nas cadeias de abastecimento, pelo aumento dos preços dos materiais e da mão de obra os custos da construção civil aumentaram significativamente, o valor final da execução de todos os trabalhos na reabilitação do referido imóvel leva a concluir que este executivo acautelou e aplicou com critério e boa gestão os dinheiros públicos. De resto, como foi maioritariamente reconhecido na assembleia de freguesia, a obra foi concretizada com o custo global abaixo dos preços de mercado na área da construção civil. -----

Eis o que nos cumpre informar face às questões colocadas. -----

Renovados cumprimentos” -----

Miguel Andrade, da CDU, inicia a sua intervenção e faz o discurso que se transcreve, “Caras senhoras, caros senhores: A CDU tem desenvolvido neste mandato um intenso trabalho de esclarecimento e de intervenção política junto dos poveiros. O início do processo, o combate das Eleições Autárquicas que decorreram em setembro de 2021, é também um exemplo disso mesmo. No concelho, a CDU cresceu em numero de votos e percentagem eleitoral face a 2017, tendo diminuído de forma significativa o voto “útil” no PS. -----

Na União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai a CDU passou de última força política para terceira, como sabem. De facto, por vontade da população até foi a única força política que mereceu mais votos do que nas anteriores, num contexto de abstenção elevada que levou a que menos mil poveiros fossem às urnas, comparando com 2017. -----

Isto significa que foi a habitual grande responsabilidade que foi encarado este mandato. Significa ainda que em 2005, nas próximas eleições, o empenho da CDU na campanha eleitoral vai estar ao nível dessa responsabilidade, num contexto de grande exigência. -----

Permitam-se, entretanto, um resumo que representa a nossa visão e perspetiva destes últimos quatro anos. -----

Caras senhoras, caros senhores: -----

No que diz respeito ao processo de desagregação das freguesias extintas em 2013, pelo CDU o problema estaria resolvido a tempo das eleições de 2017. Todos sabem disto. É alias o grande ensinamento deste processo: pela CDU, o problema já estaria resolvido há oito anos. Nova tentativa em 2020 para reverter esta lei injusta de agregação de freguesias ao arrepio da vontade das populações, sofreu o chumbo na Assembleia da Republica do PS, PSD, CDS, IL e CH. E a lei que foi aprovada, em maio de 2021, proposta por um governo de maioria absoluta do PS, foi infelizmente escrita, como sabemos, de modo a que a desagregação das freguesias fosse dificultada com critérios que impediam o cumprimento do decidido pelas populações e só nas Autárquicas deste corrente ano, não nas de 2021. -----

Entretanto, perante a vontade e pressão esmagadora dos poveiros e esta nova conjuntura legal, eis que neste mandato, oito anos depois de 2013, lá foi finalmente aprovada por unanimidade uma recomendação para que este tema fosse levado à Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, de forma a que a Assembleia da Republica deliberasse a nosso favor. O que acabou por acontecer, tarde e a mas horas, mesmo assim com votos contra do CH e IL. Só faltava o Presidente da Republica (eleito com o apoio do PSD e PS), não promulgar ou vetar esta lei que devolve as freguesias extintas ao povo para termos a cereja em cima do bolo. No entanto, sem espanto, foi exatamente o que sucedeu. E qual foi o motivo? Estarmos perto de novas eleições. Isto quando a lei de agregação de freguesias foi imposta a cinco meses das Autárquicas de 2013. Esta vitoria dos poveiros foi assim arrancada a ferros e *in extremis*, mas com dificuldades escusadas no sentido da transição para a separação das três freguesias e à pressa. Uma trapalhada, não havia necessidade. E repito: o

grande ensinamento de todo este processo é que, pela CDU, o problema já estaria resolvido há oito anos, em 2017. -----

Caras senhoras, caros senhores: -----

A CDU tem insistido que é baixo (e continua baixo) o valor dos meios financeiros orçamentados pela nossa União das Freguesias. Face à dimensão de uma instituição que no conjunto das três freguesias engloba metade da população do concelho e que inclui a cidade da Póvoa. -----

Como sabem, a CDU discordou frontalmente desta opção política do PSD local, estratégia que não dá meios e não confia nos autarcas eleitos pelos poveiros nas freguesias, mesmo que o tenham sido com maiorias absolutas. A CDU informou assim os poveiros que estamos perante orçamentos em que a diferença entre Receitas e Despesas correntes não possibilita qualquer investimento próprio duma União de Freguesias desta dimensão, que está assim na total e completa dependência do Presidente da Câmara da Póvoa de Varzim e que para apresentar orçamentos contabilisticamente equilibrados, só mesmo à custa do esmagamento e da diminuição de rubricas fundamentais. Por exemplo, as respostas aos problemas das pessoas idosas reduzem-se ao entretenimento e à ocupação de tempos livres e pouco mais. Sobre as questões culturais, tema que nos é caro, continua-se ainda numa visão propositadamente muito redutora, etnográfica, para não dizer folclórica, que quase nada dirá aos jovens. A Póvoa e os poveiros de hoje são cosmopolitas e precisam que se lhes proporcionem as devidas condições para se exprimirem cultural e artisticamente, sem perda de valorização das suas raízes. -----

A CDU não pactuou com a estratégia política levada a cabo pelo PSD, prejudicial aos interesses e anseios dos poveiros, uma derrota. Há que corrigir esta opção política no próximo mandato, Sr Presidente. -----

Caras senhoras, caros senhores: -----

Outro dos temas abordados insistentemente pela CDU prende-se com o facto de defendermos (nós o os poveiros) a criação duma sede digna e funcional para a Junta da Povoia de Varzim. A obra foi anunciada, mas parou. Sabe-se que a União das Freguesias não possui infelizmente os meios para aquisição de instalações e sabe-se que, voltando a citar o próprio PSD (reconhecendo esta imperiosa necessidade), “a área social é apenas um exemplo na entropia que a falta de condições condignas provoca” (fim de citação). Portanto, não haverá nova sede da junta em 2025. Temos assim outra derrota para os poveiros que terão que engolir mais um sapo, ter infinita paciência e esperar que a obra se realize nos quatro anos seguintes. -----

Caras senhoras, caros senhores: -----

Apesar de não ser da responsabilidade desta Junta de Freguesia que tem poucas competências (como foi dito atrás), menos do que as que se exigiam, a CDU alertou ainda, por exemplo, para os problemas de insalubridade e as dificuldades sentias na recolha de resíduos, para o caos instalado aquando da nova rede de transportes públicos, para a falta de integração de novos moradores no concelho, sugerindo a oferta de vouchers culturais a quem decidiu viver aqui. Ou aína questionando a intervenção do publico da Assembleia de Freguesia, que deveria ser no inicio da sessão e sugerindo transmissões on-line das assembleias. -----

E (para terminar) cumpre-me alertar que a CDU foi informada, no decurso da ultima campanha para as Legislativas (a propósito, informo que nesta União de Freguesias, a CDU mereceu menos um único voto do que nas anteriores Legislativas do ano passado), que continua a habitual falta de diálogo com moradores a propósito da recolha de resíduos. Refiro-me ao que está a acontecer na rua Elias Garcia. Quem lá mora, recebeu um panfleto a ser acusado de utilizador abusivo. Como consequência, os contentores existentes no topo da rua foram retirados. E a recolha passa a ser imposta: recolha porta-a-porta. Ora bem, conhecem o sitio, com passeios super

estreitos como aqueles, com caixotes nas portas das casas, os peões terão que ocupar o mesmo espaço que os automóveis, ou seja andar na rua. É estranha esta forma de dialogar com os munícipes que não concordam. Aconteceu agora e tem acontecido amiúde, como temos vindo a denunciar. Espero que no próximo mandato, os poveiros não sejam tratados desta forma. E que os autarcas estejam preocupados em resolver os problemas das pessoas, pelo menos não os complicando. Com diálogo. Espero, portanto, que a próxima Junta de Freguesia, no mandato que se avizinha, tenha um papel mais ativo, com mais competências e que seja uma voz ao lado da população, quando esta se sente lesada”. -----

Mário Lima, do Chega, inicia a sua intervenção cumprimentando a Mesa, a sra. Presidente, o sr. Presidente da Junta o executivo e membros da assembleia, referindo que o Chega tem que agradecer a confiança dada pois passou a ser o segundo partido em todas as freguesias da Póvoa e agradecer em particular aos argivaenses pois o Chega passa a ser a primeira força política. No segundo ponto da sua intervenção refere que segundo informação do executivo desta junta, inscrita na ata n.º 75/2025 de 15-04-2025, a colocação da sinalética no Trilho de D. Sancho iniciou-se no mês de abril, tendo também nessa altura sido pedida a certificação do trilho das plataformas nacionais e internacionais. Decorridos que estão 3 meses e dado que não conseguimos apurar o estado em que se encontra esta obra e respetivas certificações. Peço assim ao senhor Presidente da Junta que esclareça esta Câmara, se a colocação da sinalética já terminou, se as certificações já foram recebidas, para quando a inauguração oficial e publicitação do trilho no “site” da junta? -----

José Pedro Carvalho, da IL, inicia a sua intervenção cumprimentando a sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, o senhor Presidente da Junta e restante executivo, os membros da Assembleia e o público presente e diz que a sua intervenção será breve e curta, é referente às competências da Junta de Freguesia, pois nas sessões anteriores questioneei ao sr. Presidente onde, quando e como posso obter esta informação. Será nesta sessão que terei uma resposta esclarecedora? ---- No uso da palavra e respondendo as questões colocadas, o sr. Presidente da Junta informou que a certificação do trilho de D. Sancho está completa, faz parte dos trilhos certificados de Portugal e já começa a aparecer gente no seguimento da certificação, no entanto ainda não foi inaugurado uma vez que quando foi terminado havia muitas atividades a decorrer. Aguardamos a caminhada solidaria com a Liga Portuguesa contra o Cancro, será uma altura oportuna para a inauguração do trilho. Esta certificação foi só possível através do Centro do Clima com a atribuição de verbas estatais. -----

Ana Paula Correia, do PSD, inicia a sua intervenção cumprimentando a sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, o sr. Presidente da Junta e na sua pessoa cumprimenta os membros do seu digníssimo executivo, a mesa da assembleia, caros deputados, poveiras e poveiros e faz o discurso que se transcreve “Chegamos ao fim de mais um ciclo de gestão autárquica, com o aproximar de eleições, que serão com certeza marcadas entre o fim de setembro e o início de outubro. Neste mandato de 4 anos, foram muitas as conquistas desta União de Freguesias, que beneficiou duma Junta dinâmica, interessada, próxima e com visão sobre aquilo que pretendia para o seu território, e para a sua população, mas sem esquecer de ouvir os seus fregueses. A marca histórica destes últimos 2 mandatos é – indubitavelmente – a capacidade de aliar visão estratégica à proximidade. No fundo, a execução prática da máxima que nos norteia: “uma autarquia mais Junta de si!”. -----

Logo nos primeiros dias após as eleições avançou-se para a execução duma obra que transformaria a face de Argivai: o alargamento da rua Padre José Oliveira. Uma intervenção mais do que necessária, mais do que plena de sentido prático, uma obra

que foi classificada pelo município como e passo a citar: "uma joia representativa dos espaços tradicionais das freguesias, só comparável ao centro histórico de Rates". ---- De facto, o projeto inicial foi enriquecido com um colossal fontanário, com os elementos heráldicos em calçada portuguesa e com a plantação de várias árvores, entre elas magnólias que criaram neste lugar um espaço de beleza equilibrada e bucólica, digno do poema ao Sr. dos Milagres da autoria do poeta Argivaiense Aurelino Costa, descerrado em granito. -----

A marca desta junta é a criação de um centro cívico na freguesia e a prerrogativa para o futuro de Argivai, de que o belo pode andar de mão dada com o pratico. -----

Já na Freguesia de Beiriz, a casa da Cultura reergueu-se duma cacofonia chocante. Um dos mais belos edifícios da freguesia, com a sua varanda rendilhada e a sua volumetria imponente, decaía de dia para dia. A casa fechada, antes Convalescente, depois Beneficente, depois Casa do Povo e Junta, tinha uma utilização quase nula. Aliás, foi na sua utilização para um evento raro, a visita do Bispo à Freguesia, que com as portas abertas, a Junta foi alertada para a degradação dos tetos e do piso. A transformação dum edifício devoluto tem sempre grandes riscos, mas o maior risco reside sempre no facto que, que depois de obra feita, se volte a abandonar o espaço e a desperdiçar o investimento. Avançamos para a renovação e requalificação do espaço, que passou a acolher uma exposição permanente dos Tapetes de Beiriz, um polo da Biblioteca Municipal e constitui atualmente um farol de atividades culturais na Freguesia: com palestras mensais, concertos intimistas, exposições, sessões semanais de leitura para as crianças e oficinas sénior. Recebemos também visitas de todo mundo para ver o tear de Beiriz, reuniões do Centro do Clima, ações de sensibilização da proteção civil e dos bombeiros. E mesmo assim, com casa cheia, continuamos a manter aí o funcionamento da catequese. -----

A marca desta Junta em Beiriz é a quer um edifício pode ser casa para muita gente e que a cultura pode e deve sair da cidade para as freguesias. -----

Ainda em Beiriz, a população vê atendida uma reivindicação antiga: um espaço, para dar apoio à população sénior da freguesia. É esta a função da grande obra que decorre nos terrenos da Rua do Passal: a construção dum centro ocupacional, que anexo terá ainda um grande pavilhão multiusos, para utilização dos movimentos associativos da freguesia. O projeto prevê também a implantação de um Parque Natural no terreno adjacente que constituirá o grande espaço de lazer e convívio da freguesia, contribuindo para a dinamização de eventos e de ações que promovem a coesão social, numa das freguesias com maior crescimento demográfico do concelho. Os espaços verdes não podem ser medidos por campos de milho e bouças. Nas freguesias, como na cidade, é preciso criar espaços de lazer para o convívio, que conduzam à permanência e ao gozo dos lugares. Daí estar em conclusão mais um espaço de lazer na Rua António Casanova: o Parque dos Erguinhas. -----

Aqui, a marca desta União de Freguesias, é a de que temos de combater o estigma "dormitório", disponibilizando equipamentos no espaço publico para as pessoas, o foco permanente do nosso trabalho e da nossa ação enquanto autarcas. -----

Atravessando as duas freguesias de Argivai a Beiriz, ergue-se monumental o Aqueduto. Exemplo raro de Património Nacional, classificado no Concelho. Além da intervenção em Argivai, com a construção de passeios e restauro de parte do monumento, a Junta de Freguesia interveio na instalação de um Parque na Rua de Calves, o denominado "Parque do Aqueduto, valorizando a edificação histórica. E decorre a obra de construção do Largo de Mauverde, restituindo a área envolvente aos arcos e criando mais um espaço publico organizado, onde anteriormente havia apenas um separador de vias. -----

A valorização do aqueduto de Sta Clara, cujo edificado é maioritariamente em Beiriz e Argivai, será uma marca duradoura desta União nestas duas Freguesias. -----

Na Póvoa de Varzim, as competências da Junta são diferentes e a intervenção no espaço público é muito limitada, para não dizer inexistente. E aqui estaria uma boa desculpa para cruzar os braços. Mas não foi isso que aconteceu. A Junta concluiu recentemente o restauro das Alminhas da Póvoa, investimento possível através de um protocolo celebrado com a Confraria das Almas. Ao todo, foram onze intervenções, muitas delas de fundo, nas capelas de granito, na substituição de portões, na substituição e restauro de imagens sacras. Restaurou ainda um monumento emblemático da história da Póvoa e das Siglas Poveiras: o Cruzeiro do Cemitério. Tudo património da cidade que se apresenta digno e pristino, pronto para ser admirado pelos poveiros e por quem nos visita. -----

Novamente no meio urbano, a Junta conseguiu ganhar competências na criação duma Feira de Artesanato e Velharias, onde antes não havia movimento: a Praça Luis de Camões. -----

E se parece que tudo são obras, a verdade à vista de todos, é que as obras são uma parte diminuta do trabalho do dia a dia. A vocação da junta sempre foi estar mais junta de si e, por isso, multiplicaram-se os serviços de apoio: o IRS na Junta, a Junta ao domicílio, o Mundo a Sorrir, o apoio ao cidadão, as Consultas de psicologia, de psico-oncologia, as cinco delegações abertas, o banco de vestuário e de ajudas técnicas e o trabalho com a Rede Social do concelho. -----

Aliás, sr. Presidente, verifico que nestes quatro anos o Presidente desta Junta foi eleito pelos restantes Presidentes de Junta do Concelho para o Núcleo Executivo de Ação Social e para o Concelho Pedagógico Concelhio. Verifiquei ainda que o Presidente integra o grupo de trabalho para a Comissão das Festas de São Pedro, para a Comissão do Dia do Pescador e a Comissão de Toponímia para as suas Freguesias. E antes de entrar num assunto que sei lhe é muito caro, deixe-me dar os parabéns a si e ao seu executivo, pela forma como a Junta de Freguesia assumiu um papel ativo e preponderante na vida deste Concelho. -----

Além de todas estas áreas de intervenção, é notória a força desta freguesia na dinâmica recente da Povoia de Varzim. A valorização da vida associativa, cultural e desportiva, a procura de caminhos novos alicerçados em criatividade e inovação, são a marca que ficará por gerações. Não é por acaso que o Festival Papa Arroz surge e permanece nesta União de Freguesias, não é coincidência o sucesso de dois coros infantis: um em Beiriz e outro na Póvoa. Há sempre o cunho do apoio e colaboração da Junta. Este ano o programa de Festas a São Pedro inclui uma pagina dedicada exclusivamente a atividades desta junta. Há uma Escola de Tradições Poveiras, dirigida às crianças das Escolas Primárias, um Boletim da União de Freguesias, há uma Escola de Artes e Ofícios Tradicionais, em que as inscrições já são mais que as vagas. Desta Junta já saíram a Certificação da Camisola Poveira, a criação dum produto poveiro para o dia dos namorados, o Anel do Romance Poveiro, a recuperação do Anuário de São Pedro, o Barquinho Poveiro. -----

A marca que esta Junta deixa na Povoia é a de que é necessário investir no que é nosso. Temos de saber semear nos mais novos este sentido de pertença, divulgando as nossas tradições, mas simultaneamente, valorizando aquilo que nos distingue, que é identitário, e que alimenta este orgulho de ser Poveiro! -----

Não estou aqui para dar os parabéns ao Presidente e ao executivo pelo trabalho deste mandato, vim aqui para estabelecer que num sitio onde parecia não haver caminho, onde a falta de condições de trabalho é notória, onde a falta de instalações podia ser paralisante e onde a ausência de competências e meios podia ser usada com desculpa, esta junta lutou, inovou, abriu cainhos e provou que a vontade é mais forte que a adversidade. E que somos todos nesta assembleia um exemplo para muitas outras juntas de freguesia. Somos mais do que um projeto executado, somos um caminho a seguir. Muito obrigada a todos e desde já desejo, um Bom São Pedro!". ---

Feitas todas as intervenções previamente inscritas passou-se ao período da ordem do dia. -----

PONTO TRÊS – Apreciação e votação da ata da sessão anterior. -----

A presidente da Mesa lembrou que não tendo sido solicitado nenhum pedido de correção ao documento, submeteu a ata à VOTAÇÃO. Lembra que os membros que não estiveram presentes na respetiva sessão não participam na votação, dando-se assim cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 34.º do *Código do Procedimento Administrativo*. Desta forma, não votam Teresa Cruz e Eduardo Gomes, do PSD, e Pedro Carneiro e Ana Jacinta Sampaio, do PS. Colocada a ata a votação, foi aprovada por UNANIMIDADE. -----

PONTO QUATRO – Apreciação da informação do Presidente da Junta acerca da atividade desta e da situação financeira da União das Freguesias, de acordo com o artº 9º, nº 2, alínea e) da Lei nº 75/2013. -----

A sra. Presidente da Mesa abriu as inscrições e decorreram as intervenções seguintes: -----

José Pedro Carvalho, da IL, faz a intervenção: “No passado questioneei o executivo sobre os sucessivos resultados negativos nos documentos de desempenho orçamental e pedi estratégias concretas para melhorar o saldo ou reduzir o resultado negativo. O Presidente respondeu que a desagregação das freguesias poderia gerar uma receita adicional de cerca de 100 mil euros, contribuindo para o aumento do saldo orçamental. -----

No entanto, sublinho que essa poupança não é mérito da Junta e defendo a necessidade de repensar a estrutura administrativa por eficiência.” -----

Na sua intervenção, o deputado do PS, Miguel Nascimento, afirmou que o seu partido não vê a junta como uma empresa que precisa de gerar lucro. Pois bem, gostaria de clarificar que na Iniciativa Liberal o que procuramos é uma gestão responsável, com rigor e sustentabilidade, respeitando o dinheiro dos contribuintes. A visão em continuamente ignorar os impactos de uma gestão orçamental deficiente, acaba por penalizar quem paga a fatura, que são sempre os mesmos: os fregueses. -----

A maioria absoluta não dá carta branca para governar sem prestar contas, a legitimidade democrática exige responsabilidade, abertura à crítica e foco na melhoria da vida das pessoas. -----

Reitero, portanto, no pedido de uma resposta concreta sobre como o executivo pretende inverter os resultados negativos constantes?” -----

No uso da palavra e em resposta, o sr. **Presidente da Junta** informou que não foi isso que disse, o que disse na altura era que tinha tido o gosto de estar na Assembleia da República aquando da votação dos projetos-lei referentes à desagregação das freguesias e que o deputado da Assembleia da República da Iniciativa Liberal, justificando a votação contra, disse que a criação de 300 novas freguesias produziria uma despesa ao Estado de mais 30 milhões de euros. Desta forma, dada a Iniciativa Liberal ser conhecida pela forma como faz estas afirmações e como aprecia as contas, contas feitas dá 100 mil euros a cada freguesia, portando não haverá problemas pois confio nas contas da Iniciativa Liberal e feita a desagregação, cada uma destas freguesias iria receber mais 100 mil euros, foi isso que, com alguma ironia sobre a situação, eu afirmei. -----

Mário Fernandes, do PSD, cumprimenta a sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, o sr. Presidente da Junta, a Mesa da Assembleia, caros deputados, poveiras e poveiros e faz a intervenção que se transcreve: “A informação do Presidente é um documento importante de prestação de contas, que descreve os pontos fulcrais da intervenção deste executivo no território. Como sempre o documento é rico em atividades e informação sobre o impacto real na vida das pessoas. No entanto, quero realçar a atividade que continua a ser uma bandeira



da junta: o Torneio Infantil Ovo de Pascoa. O Torneio nasceu com o presidente Benjamim Morim e tem sido mantido no plano de atividades desta Junta de Freguesia, como uma forma de simultaneamente divulgar a prática desportiva junto das crianças e promover a cooperação entre as associações desportivas da Póvoa. Este ano voltou a decorrer, sem incidentes, sem confusões, equilibrando a competitividade com o *fairplay*. Neste caso, como em muitos outros, o importante não é quem perdeu e quem venceu, mas como decorreu. Houve muitas associações a participar, algumas não foram a jogo, mas outras que nem sequer têm o futebol na sua prática desportiva compareceram à chamada. O Ovo de Páscoa, sr. Presidente, deve continuar. Exatamente por se tratar de uma competição, onde se privilegia o divertimento e a alegria, secundarizando os golos e os trofeus. -----
É uma visão diferente da vida associativa e da prática de desporto, que a junta deve agarrar, manter e que marca decisivamente o crescimento dos atletas-mirins que nele participam.” ---
Pelas 21,55 horas compareceu o elemento do executivo Carla Pinheiro. -----

PONTO CINCO – Apreciação e VOTAÇÃO do pedido de prorrogação do prazo do acordo de cedência de terreno património da Junta à Associação de Solidariedade Social ARGEVADI. -----

A sra. Presidente da Mesa colocou o assunto deste ponto a votação e foi aprovado por UNANIMIDADE. -----

Solicitando pedido de intervenção, o sr. Presidente da Junta deu os parabéns à Associação pois é com grande alegria que se chega ao fim deste processo e deseja as maiores felicidades. -----

PONTO SEIS – Apreciação e VOTAÇÃO dos mapas finais de transferência de bens moveis e imoveis, de universalidades, direitos e obrigações e de trabalhadores para as freguesias da Povoia de Varzim, de Beiriz e de Argivai, de acordo com o art.º 8.º, nº 2, da Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março. -----

Neste ponto, propõe-se a aprovação de 1) Mapa de transferência de Bens Móveis e Imóveis: a) Mapa – anexo 1 – de transferência de bens móveis e imóveis da União das Freguesias de Povoia de Varzim, Beiriz e Argivai para a Freguesia de Póvoa de Varzim; b) Mapa – anexo 2 – de transferência de bens móveis e imóveis da União das Freguesias de Povoia de Varzim, Beiriz e Argivai para a Freguesia de Beiriz; c) Mapa – anexo 3 – de transferência de bens móveis e imóveis da União das Freguesias de Povoia de Varzim, Beiriz e Argivai para a Freguesia de Argivai. 2) Mapa de transferência de Recursos Humanos – anexo 4; 3) mapa de Transferência de Direitos e Obrigações – anexo 5. -----

José Armando Félix, do PSD no uso da palavra, inicia a sua intervenção cumprimentando a sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, o sr. Presidente da União das Freguesias, Membros do Executivo, Colegas da Assembleia, caros poveiros e poveiras e faz o discurso que se transcreve “Recentemente nomeamos quatro Comissões: uma de extinção e outras três de instalação. -----

A primeira tem a missão de executar a extinção da União das Freguesias da Povoia de Varzim, Beiriz e Argivai, enquanto as outras serão as entidades embrionárias fundadoras das futuras freguesias de Argivai, Beiriz e Póvoa de Varzim. -----

Há pouco, uma intervenção falava de várias conquistas e marcas deste mandato. Ora, uma grande conquista, senão a realização mais importante, é exatamente a desagregação da União, para dar lugar as originárias três freguesias. -----

O senhor Presidente por várias vezes falou do estado contranatura, duma união de freguesias, que resultou na imposição duma Troika e resulta na amalgama de mais de metade da população do concelho numa União, que era o resultado contrario à vontade expressa da população. -----

Falar de desagregação é, por isso, falar de justiça e falar de reposição dos princípios sobre os quais versa a nossa constituição. Volta-se no tempo, ao momento disruptor

SA.
D
C

de 2013, em que as populações perderam a sua autonomia, mas especialmente perderam a capacidade de eleger um Presidente e uma assembleia próprias. -----
Graças à fé e ao trabalho desta Junta, que desde 2017, assumiu sem dúvidas, que a desagregação de Freguesias seria uma realidade, o caminho apresentou-se sempre inexorável. -----

Nunca houve um passo atrás, nunca houve letargia. Pelo contrário, avançou-se sempre por um caminho que a Assembleia da República apresentou sempre dúbio, enevoado, sistematicamente adiado e cheio de obstáculos. -----

Não é por acaso que apenas 300 uniões conseguiram apresentar o processo à Assembleia da República. -----

O processo altamente burocrático e de aprovação reforçada, só é comparável, por oposição, à forma simples e desregrada com que se criam uniões. -----

A comissão de extinção que aprovou os quadros de pessoal, inventários e compromissos, que agora são apresentados a esta Assembleia, operacionalizou a parte prática do fim da União das Freguesias. -----

Mas é preciso dizer que a preparação para este momento foi planificada e organizada ao longo dos últimos 8 anos. -----

Neste tempo nunca se extinguiram serviços. Pelo contrário, mantiveram-se abertas as juntas de Beiriz e Argivai. Estruturaram-se os quadros de pessoal, para que agora houvesse gente e estrutura, capaz de assumir as funções nas três freguesias. -----

Criaram-se nova competências, como a loja dos CTT em Beiriz. -----

Informatizaram-se arquivos, criaram-se procedimentos de funcionamento do atendimento, adquiriram-se as viaturas que agora permitem a operacionalização do trabalho, por exemplo em Beiriz. -----

Ao longo destes 8 anos, como foi dito, nunca foi dado um passo em falso no desiderato de criar três freguesias e tornaram-se as opções certas, para que agora este processo possa ser feito de forma tão simples. -----

Nas listas do PSD manteve-se a representatividade dos cidadãos de cada freguesia e nos órgãos essa mesma representatividade foi garantida pela maioria, como se pode ver pela organização do Executivo e da Mesa da Assembleia. -----

A Bancada do PSD nunca deixou de acreditar e por isso votará favoravelmente as decisões da Comissão de Extinção. -----

Muito obrigado pela vossa atenção e um bom S. Pedro para todos.” -----

A Presidente da Assembleia colocou os mapas a votação e foram aprovados por UNANIMIDADE. -----

Para que as DELIBERAÇÕES possam produzir efeitos imediatos, a Presidente Assembleia pergunta se aprovam em minuta o texto das deliberações tomadas nos pontos 5 e 6. Colocados a votação foram aprovados por unanimidade da forma que se transcreve: -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

A Assembleia **DELIBEROU** por UNANIMIDADE, APROVAR EM MINUTA, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 57.º do *Regime Jurídico das Autarquias Locais* (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), para produzir efeitos imediatos, o texto da deliberação tomada no -----

Ponto CINCO da Ordem do Dia: Apreciação e votação do pedido de prorrogação do prazo do acordo de cedência de terreno património da Junta à Associação de Solidariedade Social ARGEVADI. -----

e no -----

Ponto SEIS da Ordem do dia: Apreciação e VOTAÇÃO dos mapas finais de transferência de bens móveis e imóveis, de universalidades, direitos e obrigações e

de trabalhadores para as freguesias da Póvoa de varzim, de Beiriz e de Argivai, de acordo com o art.º 8.º, n.º 2, da Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março. -----

Concluídos os pontos da ordem de trabalhos a sra. Presidente da Assembleia agradece todas as intervenções dos membros da Assembleia e os esclarecimentos do sr. Presidente da Junta passando para o último ponto. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PUBLICO -----

O sr. Manuel Matos, da Associação Argevadi, no uso da palavra, e em nome da Associação, agradeceu ao Executivo a confiança depositada e lembra que se trata da reposição de factos históricos que remontam a 18 anos atrás. Congratula-se com esta realidade que vai possibilitar a abertura mais rápida da creche. -----

E nada mais havendo a tratar, concluídos todos os pontos da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia agradeceu a presença dos Membros da Assembleia, do Executivo e do Público, apresentou os votos de Bom São Pedro e declarou encerrada a sessão da Assembleia pelas 22:00 horas. -----

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, Sandra Maria Araújo de Amorim, e por mim, Maria Luísa Pontes, que a redigi. -----

A Presidente Sandra Maria Araújo de Amorim

A Funcionária Maria Luísa Pontes